



Wittgenstein e Moore: sobre a certeza

Wittgenstein and Moore: On Certainty

Arturo Fatturi

Doutor em Filosofia, professor de Filosofia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó, Santa Catarina, SC - Brasil, e-mail: arturo.fatturi@uffs.edu.br

Resumo

Neste ensaio será analisada a resposta fornecida por George Edward Moore ao questionamento do filósofo cético quanto à existência de objetos exteriores a nós. Num primeiro momento analisar-se-á a resposta oferecida por Moore e sua estrutura. Num segundo momento se faz a análise da efetividade que as respostas de Moore apresentam como soluções à dúvida cética. Após essas análises, passamos a considerar criticamente a empreitada de Moore segundo o ponto de vista da filosofia de Ludwig Wittgenstein exposta em sua obra *On Certainty*. Nossa conclusão é que as proposições apresentadas por Moore não servem de provas, uma vez que elas não são provenientes de investigações empíricas. Sendo assim, as alegadas proposições de Moore são de fato as estruturas que permitem que toda dúvida e investigação sejam lançadas. A partir disso, examinamos se as proposições de Moore podem ser consideradas conhecimento. Por fim, analisamos o status filosófico da dúvida cética que Moore pretende responder. Nossa intenção é mostrar que a dúvida cética não possui sentido e, por tal razão, apresenta-se como paradoxo ao nosso entendimento. Nossa conclusão é que a análise do ceticismo filosófico, tal como elaborado por Moore e Wittgenstein, possibilita-nos alcançar clareza quanto ao

conjunto de proposições que fazem parte do sistema do qual as dúvidas e investigações podem ser levantadas.

Palavras-chave: Certeza. Conhecimento. Dúvida. Ludwig Wittgenstein. George Moore.

Abstract

In this essay I will present an analysis of the response provided by George Edward Moore to the question of the skeptic concerning the doubt surrounding the existence of objects outside us. In the first step an analysis of the answer offered by Moore and its structure is present. In the second step I investigate Moore's capacity of answering the skeptical doubt. After these analyses, my endeavor is to critically consider Moore's answers from the point of view of the philosophy of Ludwig Wittgenstein, as exposed in his work On Certainty. My conclusion is that the propositions presented by Moore do not serve as evidence to prove the existence of the external world, since those propositions are not derived from empirical investigations. Thus, the alleged Moore's propositions are in fact the structures that allow us to launch our doubts and investigations. From this investigation I examine if Moore's propositions can be considered knowledge. Finally, I analyze the philosophical status of skeptical doubt that Moore intends to respond. My intention here is to show that the skeptical doubt has no sense, and for that reason has the aspect of a paradox. My final conclusion is that the analysis of philosophical skepticism, as designed by Moore and Wittgenstein, enables us to achieve clarity on the set of propositions that are part of the system where the doubts and inquiries have sense.

Keywords: Certainty. Knowledge. Doubt. Ludwig Wittgenstein. George Moore.

Penso, portanto, que no caso de todos os tipos de “coisas”, que são tais que se existe um par de coisas, ambas as quais são de um desses tipos, ou um par de coisas uma das quais é de um deles e uma delas de outro, então seguir-se-á imediatamente que existem algumas coisas a serem encontradas no espaço, é verdade também que posso provar que existe um par de coisas, uma das

quais é um desses tipos e a outra de outro, ou um par do qual as duas coisas de um desses tipos então terei *ipso facto* provado que existem pelo menos duas “coisas fora de nós”.

(G. E. Moore, *Prova de um Mundo exterior*, p. 129)

Neste ensaio vou apresentar e discutir a prova da existência de um mundo exterior lançada por George Moore. Os argumentos de Moore serão, mais à frente, cotejados com os comentários de Ludwig Wittgenstein em sua obra *On Certainty* quanto ao sucesso da empreitada de Moore. Meu objetivo é mostrar que a estratégia de Moore de alegar ser impossível provar a verdade das proposições que usa como “provas”, ainda que evite uma nova rodada de questões do filósofo cético, não cumpre com este objetivo. Em segundo lugar, apresento e analiso alguns dos argumentos lançados por Wittgenstein a fim de demonstrar que a dúvida do filósofo cético não faz sentido, pois erra ao solicitar provas da verdade de proposições que pertencem à estrutura do jogo de linguagem que permite a própria dúvida. Meu objetivo principal é mostrar que as tentativas de “provar a existência do mundo exterior” podem ser filosoficamente instigantes, mas não nos levam muito além da perplexidade.

1

Ao elaborar sua prova de um mundo exterior, George Moore argumenta que ela é de fato correta. Segundo Moore, sua prova satisfaz o critério de correção lógica que qualquer prova genuína deve possuir, a saber: (a) ela deve ser um argumento válido; (b) suas premissas devem ser verdadeiras; e (c) as premissas devem conhecidas como verdadeiras. Entretanto, se perguntássemos a Moore se ele poderia provar que suas premissas são verdadeiras, ele admitiria que não pode provar e que para fazer isso antes ele teria de provar que não está sonhando quando faz aquela afirmação. Ainda mais: Moore afirma que nem ele, nem qualquer outra pessoa que afirme “aqui está uma mão” enquanto

mostra sua mão direita, por exemplo, poderia provar que não está sonhando naquele momento — isso é, que seu gesto e sua afirmação fazem parte de um sonho. Moore, portanto, concede ao cético quanto à existência do mundo exterior, admitindo que se ele estivesse sonhando não poderia saber que era sua mão que ele levantava naquele momento e, portanto, saberia que não estava sonhando. Podemos, então, afirmar que para Moore a proposição “eu sei que p”, quando afirmada como verdadeira, pode não ter prova. Ou seja, seria dizer “eu sei que p, mas não posso provar a verdade de p”.

Por qual razão Moore afirma saber algo ou saber que uma proposição é verdadeira, mas, ao mesmo tempo, não saber como prová-la? Ora, relembremos agora o argumento lançado pelo oponente cético de Moore — aquele que diz que ele se ele não puder provar que no momento que afirmamos “eis aqui uma mão” não estamos sonhando, então, não sabemos na verdade que a proposição “eis aqui uma mão” é verdadeira. Aqui está envolvido o argumento cético clássico na epistemologia desde Descartes: se não pudermos provar que não estamos sonhando quando afirmamos saber algo, então, nossa afirmação faz parte do próprio sonho. Logo, caímos numa petição de princípio, uma vez que a proposição “eis aqui minha mão” é verdadeira se, e somente se, não estivermos sonhando. Seria necessário, primeiramente, provar que não se está sonhando.

Moore evita cair nessa falácia ao dizer que sabe que a proposição “eis aqui minha mão” é verdadeira, mas que não sabe como prová-la. Seu raciocínio quanto a este ponto aparece em seu ensaio “Prova de um Mundo Exterior”, logo após a apresentação de sua prova.

Nesse ensaio, Moore argumenta que a proposição “eis aqui uma mão”, enunciada quando apresenta sua mão, é uma prova da existência de objetos exteriores a nós. Entretanto, nos comentários finais de seu ensaio, Moore diz ter ciência de que alguns filósofos não concordarão com ele. Esses filósofos, diz Moore¹ (PME, p. 132) não se sentirão satisfeitos com sua prova por duas razões. Primeiramente, afirma Moore, irão alegar que não ele forneceu prova alguma. Sua alegação

¹ PME designa daqui em diante o ensaio *Prova de um Mundo Exterior* de George Edward Moore (1980).

será a de que ao não provar as proposições usadas como premissas, a prova não é válida. Contudo, Moore reafirma que ao mostrar suas duas mãos como prova, ele de fato mostrou existirem objetos que sabemos serem exteriores a nós. Mas a insatisfação desses filósofos provém da exigência de uma forma geral válida para provar proposições deste tipo. A qual tipo de proposições Moore se refere? Ora, às proposições que afirmam a existência de objetos exteriores a nós. Entretanto, alega Moore, isso não foi apresentado (PME, p. 132) e ele não crê que algum filósofo possa apresentar uma forma geral para provar a verdade de proposições do mesmo tipo². Para fazer isto seria necessário provar primeiro que não estou sonhando agora, tal como Descartes mostrou. Tenho evidência conclusiva, diz Moore, de que estou acordado. Contudo, isto é diferente de dizer que posso prová-lo. Neste caso seria, então, necessário dizer qual é ou o que faz parte de toda essa evidência e isto, diz Moore, não sou capaz de fazê-lo.

2

É interessante notar aqui o paralelo entre o exemplo fornecido por Moore e outro exemplo explicativo de sua prova, este apresentado alguns parágrafos antes. Refiro-me ao exemplo de Moore dos três erros de imprensa contidos numa página de certo livro. Uma pessoa A afirma que pode provar que existem os três erros, enquanto outra pessoa, B, tende a negar isso. Ora, se A diz que sabe que existem tais erros ele está em condições de poder prová-lo. E a prova disponível para A é o fato de que pode mostrar o livro em questão, apontar para a página onde constam os erros alegados e, logo após, apontar cada um dos três erros. Se tomarmos as palavras de Moore quanto à sua prova e as evidências que fornece para que aceitemos tal prova, e perguntarmos agora para A “quais são as suas evidências?”, o que A listaria como

² As palavras de Moore são “[...] o que eles realmente requerem não é apenas uma prova destas duas proposições, mas alguma coisa parecida a um enunciado geral de como se pode provar quaisquer proposições deste tipo. Isto, obviamente, não foi apresentado; e não acredito que se possa apresentar: se isto é o que significa por prova da existência das coisas exteriores, não acredito que é possível qualquer prova da existência de coisas exteriores” (PME, p.132).

evidências do que sabe? Ora, alegará Moore, se A afirma que está condições de provar que existem três erros de imprensa em determinada página de um livro, ele está em condições de estar certo da existência desses três erros. Ou seja, as evidências que A possui são de tal natureza que elas permitem que ele diga que está certo de que existem os três erros (PME, p. 131).

Contudo, voltemos agora ao que diz Moore sobre não poder provar que sabe serem suas proposições verdadeiras: em contraposição ao caso de A, Moore alega que não poderia estar certo, isto é, ele não está elaborando uma hipótese sobre a verdade de suas mãos. Se este fosse o caso, deveria ser possível a Moore mostrar como a possibilidade contrária é falsa, isto é, que ele não sabe que suas duas mãos existem. Por exemplo, se alguém suspeitasse que uma de suas mãos fosse artificial (PME, p. 132), Moore poderia provar que não era o caso ao mostrar sua mão e permitir que a pessoa que duvida a tocasse para ver que era natural. Ou seja, que a mão de Moore possa ser artificial é algo que se pode provar como falso ou verdadeiro, e que Moore sabe que sua mão não é artificial é algo de que ele poderia estar certo (PME, pg. 131)³. Mas como provar que ao exhibir suas mãos como exemplos de objetos exteriores Moore eliminou a hipótese contrária, a saber, que aquelas não eram suas mãos? Parte do que Moore teria de provar era que naquele momento ele não estava sonhando, ainda que tenha evidências de que isto não ocorre.

Portanto, a estratégia de Moore é afirmar que o cético exige uma espécie de forma geral da prova de proposições que afirmam a existência de objetos exteriores a nós, uma forma geral que elimine a possibilidade de estar sonhando. Isto, contudo, exige que se tenha disponibilidade de analisar todas as evidências em favor da verdade de uma prova da existência de objetos exteriores a nós e afastar todas

³ Moore comenta aqui o caso da disputa entre A e B e a existência ou não de três casos de erros de impressão numa página. A certa altura de sua argumentação diz Moore (PME, p. 131): “Como poderia A provar que está certo? Certamente ele *poderia* prová-lo pegando o livro, virando até chegar à página, e apontar nela três lugares separados, dizendo ‘há um erro de impressão aqui, outro aqui e outro aqui’; certamente este é um método pelo qual isto *poderia* ser provado!”. Mais adiante, Moore comenta: “Mas dizer que ele *poderia* prová-lo dessa maneira, é dizer que ele *poderia* estar certo de que havia três erros”. Os itálicos são de Moore.

as hipóteses contrárias a essa verdade. Ao executar este movimento Moore está concedendo ao filósofo cético e, ao mesmo tempo, jogando a hipótese do sonho para um campo que está além das evidências disponíveis.

Este movimento argumentativo de Moore é sustentado ainda mais pela segunda razão⁴, pela qual certos filósofos não concordarão com ele em sua alegação de que forneceu uma prova de objetos do mundo exterior, a saber: tais filósofos partem da admissão de que se não se pode provar a verdade de uma premissa; então a premissa não é conhecida e, portanto, torna inválido o argumento. Ou seja, se não conseguimos provar a verdade de *p*, então não sabemos que *p*. Teríamos de aceitar que sabemos que *p* é verdadeira com base apenas em nossa fé de que sabemos *p*. Ora, alegará Moore, a possibilidade de que objetos exteriores a nós existem é, ainda que impossível de ser provada, uma possibilidade baseada em boas razões, enquanto a hipótese contrária não parece ter base em boas razões. Esta segunda razão é, alega Moore, uma das causas da insatisfação que alguns filósofos sentem com a prova que ele forneceu. Contudo, dada a argumentação de Moore, essa insatisfação não tem boas razões para se impor. Ou seja, Moore concede ao cético que provar que não se está sonhando seria uma determinação necessária a fim de tornar todas as evidências claras; contudo, o fato de que isto não seja factível não impede que se possa saber a verdade do que se afirma.

Ainda que persistente, a exigência cética não é razoável. A linha argumentativa de Moore parte do fato de que *se* sabe que *p* e *se* admite que não *se* pode provar que *p* é verdadeira, mas, ao mesmo tempo, afirma que admitir que *p* é verdadeira é mais razoável que admitir que *p* é falsa. Ou seja, seria como dizer: sei que não estou sonhando neste momento, que percebo objetos exteriores a mim, contudo, não posso prová-lo; mas, ao mesmo tempo, a crença de que sei que estou acordado tem mais sucesso do que a dúvida quanto a isto. A dúvida

⁴ “Porém, outra razão pela qual algumas pessoas se sentiriam insatisfeitas com minha prova penso ser não apenas que elas querem uma prova de alguma coisa que não provei, mas que elas pensam que, se não posso apresentar tais provas extras; então as provas que apresentei não são de modo algum provas conclusivas” (PME, p. 133).

quanto às premissas de sua prova, diz Moore⁵, está errada, “embora se possa mostrar apenas pelo uso de premissas que não se sabem serem verdadeiras, a menos que saibamos da existência de coisas exteriores” (PME, p. 133).

3

Considerando os argumentos apenas a partir do que até aqui se disse, a prova de Moore não parece ser, de todo, uma prova. Contudo, analisando os argumentos de Moore em seu ensaio *Prova do Mundo Exterior e Defesa do Senso Comum*, poderemos ver que as proposições que Moore alega saber fazem parte de um conjunto que ele denomina “ponto de vista de senso comum sobre o mundo”. Esse ponto de vista comum é composto por afirmações como “sei que a Terra existiu antes de eu nascer”, “existiram outros seres humanos sobre a Terra antes de mim”, “a Terra existe desde muitos anos antes deste momento”. Tais proposições, afirma Moore, são do tipo não ambíguo e que todos nós entendemos seu significado (DSC, p. 85)⁶. Ao mesmo tempo, saber qual a análise correta de uma proposição como “sei que a Terra existiu há muitos anos” em qualquer ocasião apresenta-se como uma questão extremamente complicada e para a qual, afirma Moore, ninguém sabe a resposta (DSC, p. 85). Isto é, não é de todo claro como podemos determinar o que torna a proposição “a Terra existiu há muitos anos” uma proposição verdadeira. Mas, ao mesmo tempo, esta incapacidade não elimina o fato de que entendemos o que a proposição diz e, desta forma, seria insensato dizer que se não sabemos analisar a proposição, então não a entendemos.

Portanto, um dos pontos da argumentação de Moore quanto à insatisfação que certos filósofos sentem em relação à sua prova baseia-se

⁵ “Penso que se pode mostrar que tal visão, embora tenha sido muito comum entre os filósofos, está errada — embora se possa mostrar apenas pelo uso de premissas que não se sabe serem verdadeiras a menos que saibamos da existência de coisas exteriores” (PME, p. 133).

⁶ DSC é a sigla para *Uma Defesa do Senso Comum* seguido pelo número da página. Esse ensaio encontra-se na coleção *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1980. Todas as citações desse ensaio serão indicadas como DSC.

na crença de que existe uma forma geral de analisar as proposições e Moore, ao fornecer suas premissas na forma da proposição “eis aqui uma mão”, não demonstrou que a mesma era verdadeira. Mas as premissas de Moore são proposições de um tipo especial: proposições que todos nós entendemos, ainda que não tenhamos provas das mesmas. Ora, alegará Moore (DSC, p. 91), saber que tais proposições pertencem ao senso comum significa admitir que as mesmas são verdadeiras, pois seria contraditório afirmar que sabemos o que tais proposições expressam, mas não sabemos se elas são verdadeiras⁷. Este é o argumento que Moore lança contra a dúvida cética clássica expressa no chamado “argumento do sonho” — isto é, se não se pode provar que está acordado, não se pode garantir a verdade de suas premissas.

Em sua análise dos argumentos de Moore, o filósofo estadunidense Avrum Stroll (1994) chama atenção para a estratégia de Moore, salientando que esta concede espaço para a dúvida cética, enquanto afirma, por outro lado, que as proposições que constituem o ponto de vista do senso comum são “truísmos óbvios”. Sendo assim, a defesa de Moore será considerar que qualquer pessoa terá de admitir que sabe que tais proposições são verdadeiras. Neste caso, observa Stroll (1994, p. 97), Moore considera que provar a verdade das mesmas será um expediente ocioso. Moore diz o seguinte a respeito dos filósofos que não consideram que as proposições do senso comum são verdadeiras:

[Quando] se diz: estas crenças são crenças do senso comum, mas não questões de conhecimento” [se] está dizendo “existiram muitos outros seres humanos, além de mim mesmo, que compartilharam estas crenças, mas nem eu, nem outro qualquer jamais soubemos que eram verdadeiras”. Em outras palavras, ele afirma com confiança que suas crenças são crenças do Senso Comum, e parece falhar frequentemente em perceber que, se elas o são, devem ser verdadeiras [...]” (DSC, p. 89).

⁷ Diz Moore (DSC, 91): “[...] *se sabemos que elas são características da 'visão do mundo de Senso Comum', segue-se que são verdadeiras*”, portanto, continua Moore *é auto contraditório manter que nós sabemos que elas são características da visão de Senso Comum, e que ainda assim elas não são verdadeiras, uma vez que dizer que nós sabemos isto quer dizer que são verdadeiras*”. Itálicos do original.

Portanto, admitir que uma proposição como “a Terra existiu há muito tempo” é uma proposição do senso comum implica admitir, segundo argumenta Moore, que a mesma é verdadeira⁸. Este é o primeiro argumento lançado por Moore contra o cético ou idealista cético. O segundo ponto é argumentar que não se consegue fornecer uma análise dessas proposições de senso comum, pois tal análise deveria supor a falsidade das mesmas e demonstrar que tal falsidade não é o caso. Contudo, alegará Moore, não se sabe quais as evidências que deveriam ser analisadas para tal tarefa. Toda a argumentação de Moore visa neutralizar a dúvida cética ao alegar que certas proposições são sabidamente verdadeiras, ainda que não tenhamos provas dessa verdade.

4

Quando Ludwig Wittgenstein analisa os argumentos de Moore em sua obra *On Certainty*⁹ ele ataca duas pressuposições básicas de sua argumentação: primeiramente, chama atenção para as proposições que Moore diz saber serem verdadeiras, as quais afirma não serem proposições empíricas e sim gramaticais; em segundo lugar, mostra que a dúvida cética não faz sentido, uma vez que as proposições que são questionadas fazem parte da própria estrutura da dúvida. No que se segue vou tratar, em primeiro lugar, da argumentação de Wittgenstein quanto ao estatuto das proposições que Moore diz saber e, em segundo lugar, da análise que Wittgenstein faz da dúvida cética.

Na seção 151¹⁰ de OC, Wittgenstein faz uma observação paradoxal sobre o argumento de Moore que diz que ele sabe que várias proposições que fazem parte do senso comum são verdadeiras. Diz Wittgenstein: “Eu poderia dizer: Moore não sabe o que afirma saber [...]”.

⁸ “Admitem que de fato *acreditamos* em proposições desses dois tipos, e que elas podem ser verdadeiras: alguns até diriam que sabemos que elas são altamente prováveis; mas negam que sabemos *com certeza* que são verdadeiras” (DCS, p. 89 itálicos no original).

⁹ Para esta obra usaremos as iniciais OC seguidas do número da seção. Assim, OC § 345 significa *On Certainty* seção 345.

¹⁰ “Eu diria: Moore não sabe aquilo que afirma que sabe, contudo é ponto assente para ele assim como é para mim; considerar isso como matéria assente faz parte do nosso método de dúvida e investigação.”

Analisando as proposições que Moore afirma que sabe, encontramos alguns exemplos como: “sei que a Terra existe há muito tempo”, “existe presentemente um corpo humano que é meu corpo” (DSC, p. 83), “muitos corpos humanos diferentes do meu viveram antes do momento atual na Terra” (DSC, p. 83), “percebi frequentemente meu próprio corpo e outras coisas que faziam parte de seu ambiente” (DSC, p. 82). Segundo o raciocínio de Moore essas proposições são verdadeiras, ainda que não se possa prová-las. Mas Wittgenstein vai considerar que tais proposições não revelam conhecimento, nem são resultado de conhecimento.

Analisando as alegações de Moore quanto a essas proposições, Wittgenstein nos ajuda a perceber que se cada uma delas é o resultado de conhecimento, então as suas negativas devem ser afastadas como não sendo verdadeiras. Por exemplo, se “sei que este é meu corpo” é uma proposição verdadeira, então a proposição “não sei que este é meu corpo” deve, de alguma forma, ser falsa. Ainda: para que uma das duas proposições seja falsa, como resultado de uma investigação de conhecimento, será necessário saber qual o método pelo qual elaboramos este conhecimento. Por exemplo: tenho dúvidas quanto a este corpo que agora vejo ser meu corpo. Pergunta-se: qual o tipo de investigação que devemos realizar para nos certificarmos disto? Uma investigação empírica? Suponhamos que eu me observe num espelho que reflete minha imagem de corpo inteiro. Se nós temos dúvidas quanto a este ser meu corpo, a imagem apenas será outra instância de observação deste corpo que duvido ser o meu e, portanto, não tem validade epistêmica para solucionar minha dúvida.

O mesmo se pode afirmar de uma proposição como “percebi frequentemente meu próprio corpo e outras coisas que faziam parte de seu ambiente”: como podemos afirmar que sabemos ser verdadeira essa proposição? Ora, seria necessário analisar em que casos tal proposição poderia ser falsa e isto demonstra que a mesma não é fruto de uma investigação sobre as coisas que conheço. Antes, estas proposições fazem parte de minha constituição de mundo, pois é a partir delas que lanço minhas investigações sobre as coisas que posso conhecer. Neste caso, se tal proposição é colocada sob o crivo da dúvida, não sabemos

que tipo de resposta se deve fornecer. Por exemplo, suponhamos que afirmo, apontando para meu corpo, que este corpo que agora vejo é meu corpo, que sempre o reconheci como sendo *meu* corpo e que *sei* que este corpo que agora vejo é meu corpo. Caso alguém me questione quanto ao que sei sobre meu corpo, que tipo de evidências eu poderia lhe fornecer?

Alguém poderia responder que é necessário fornecer as evidências que permitiram meu conhecimento de meu corpo, isto é, os passos que me permitiram ter certeza de que o corpo era meu. Contudo, como eu vim a saber que este é meu corpo? Esta é uma proposição para a qual devo ter evidências da verdade? Em *On Certainty* (§ 4), Wittgenstein faz uma observação sobre a falta de fundamento para a dúvida quanto a determinadas proposições. Tal como no caso da proposição “sei que este é meu corpo”, o mesmo se pode dizer da proposição “sei que sou um ser humano”. Para percebermos a falta de sentido claro nessas proposições, basta considerarmos as suas negativas. Como se pode duvidar delas? Como diz Wittgenstein (OC, §4), “tudo fala a favor da verdade das mesmas e nada contra” — ou seja, teríamos de imaginar uma situação em que fizesse sentido uma dúvida quanto à nossa possibilidade de saber se somos humanos ou não. O mesmo caso se aplica às proposições de Moore: em que situação uma pessoa poderia duvidar se ela sabe que tem duas mãos? A situação aqui não é a mesma, vamos supor, de uma proposição como “sei que existem três canetas sobre minha escrivaninha”, pois nesse caso é possível construir a hipótese de que eu não saiba, de que possa estar enganado. O mesmo vale para os exemplos fornecidos por Wittgenstein na seção 52 de *On Certainty*: ao comparar as duas proposições “a tal e tal distância do Sol existe um planeta” e “aqui está uma mão” (nomeadamente, minha própria mão).

A segunda proposição não pode ser denominada legitimamente como uma hipótese, enquanto a primeira pode, pois a diferença entre uma e outra é que a improbabilidade entre ambas diminui quando consideramos a primeira proposição e a segunda. Ou seja, é provável que se encontre um método para investigar se existe um planeta a tal e tal distância do Sol, podemos imaginar o que seria uma distância menor

ou maior e se as observações astronômicas podem revelar a verdade daquela hipótese.

Contudo, os métodos para investigar se a proposição “aqui está uma mão” é verdadeira não são claros em nossas transações diárias com as proposições. Teríamos de considerar uma situação completamente fora de nosso cotidiano, como: soldados em uma trincheira que sofrem bombardeio pesado. Nesse caso, é concebível que quando alguém pergunta “todos estão bem?” algum soldado possa responder “sei que estou com minhas duas mãos”. Contudo, esses casos não são normais e sim anormais. Devemos considerar da mesma forma uma hipótese como “os objetos a minha volta existem?” (OC, § 55)? Isto é, sabemos lidar com os objetos que estão a nossa volta, sabemos como devemos procurar determinado objeto (por exemplo, uma caneta que sempre esteve sobre nossa escrivaninha)?

Isto significa que quando alguém nos diz que não percebeu que determinada caneta estava sobre nossa escrivaninha, sabemos quais as evidências devemos arregimentar para lhe provar que a caneta sempre esteve lá e que a pessoa não percebeu, não se deu conta disto. Essa pessoa poderá não aceitar certas evidências que lhe fornecemos, mas, mesmo assim, deverá aceitar outras, segundo um grau de razoabilidade. Contudo, se alguém afirma não saber se existem canetas no mundo em que vivemos, não saberemos que tipo de evidências lhe fornecer. Mesmo que lhe mostremos uma caneta, ele não aceitará o espécime como evidência ou prova. Neste caso não sabemos como provar que a proposição “existem canetas no mundo em que vivemos” é verdadeira, pois essa pessoa ultrapassou ou abandonou as regras pelas quais podemos construir evidências para proposições sobre canetas e uma dessas evidências é que existem canetas no mundo em que vivemos. Sendo assim, tal pessoa viola as regras pelas quais podemos elaborar hipóteses sobre objetos físicos e suas proposições não fazem sentido. O mesmo se pode dizer das proposições que afirmam, por exemplo, “existem canetas no mundo em que vivemos” ou “sabemos que somos seres humanos e não robôs”: tais proposições — juntamente com as provas de Moore — não são proposições empíricas e sim proposições

gramaticais, elas servem como fundamento do qual partem nossas hipóteses e dúvidas. Assim, “sei que tenho duas mãos” não é uma proposição empírica e sim uma regra que servirá de fundamento para que construamos nossos jogos de linguagem com outras proposições e estas, por sua vez, poderão ser hipóteses. Por exemplo, suponhamos que um carpinteiro afirme para outro “posso subir apoiando-me apenas em uma de minhas mãos por aquela escada” ou “posso serrar com apenas minha mão direita”. Nesses exemplos, não está em dúvida a existência das duas mãos do carpinteiro que faz as afirmações, antes, este é um fato dado para compreender suas afirmações. A partir delas o outro carpinteiro poderá dizer sim, não ou até mesmo que duvida.

5

Até aqui meu objetivo foi mostrar, acompanhando os argumentos de Wittgenstein e Moore, que as proposições que Moore diz saber serem verdadeiras não são proposições empíricas e não resultam de uma análise epistemológica de evidências que estavam à sua disposição. O próprio Moore reconhece que não saberia qual a análise correta desse tipo de proposição. Contudo, Moore crê que o fato de não ser possível fornecer uma análise destas proposições seria uma indicação de que elas devem ser aceitas como verdadeiras. Ao mesmo tempo, assim argumentando Moore acredita que forneceu uma resposta à dúvida cética quanto à existência de objetos exteriores a nós. Meu objetivo agora é mostrar, por meio da análise de Wittgenstein em *On Certainty*, que as dúvidas do cético e do idealista cético não fazem sentido e que, sendo assim, não admitem respostas verdadeiras ou falsas. Essas dúvidas não fazem sentido.

O ponto de partida de Wittgenstein é interpretar a dúvida com a qual Moore se debate. Na seção 24 de *On Certainty*, diz Wittgenstein:

A questão do Idealista seria algo como “Que direito tenho eu de não duvidar da existência de minhas mãos? (E para esta a resposta não pode ser: Eu *sei* que elas existem). Contudo, alguém que faz tal tipo de

questão está ultrapassando o fato de que uma dúvida a respeito da existência apenas funciona em um jogo de linguagem. Assim, nós devemos nos perguntar primeiramente: com o que se parecerá tal dúvida?

Ou seja, Wittgenstein chama atenção para o fato de que uma dúvida deve pertencer a um determinado jogo de linguagem no qual possui algum funcionamento. Assim, uma dúvida sobre a existência de um objeto pertence ao jogo de linguagem em que objetos perceptíveis são postos em questão e esta dúvida possui seus limites dentro deste jogo de linguagem. Por exemplo, posso duvidar da existência de um sofá vermelho na minha sala e esta dúvida me permitirá certos meios de averiguação. O mesmo se pode dizer quanto ao carro estar ou não na garagem. Para sanar esse tipo de dúvida, que faz parte do jogo de linguagem, há alguns métodos de averiguação simples, como ir até a sala e verificar se há lá um sofá vermelho ou ir até a garagem conferir se nosso caro está mesmo. O mesmo se poderia dizer da proposição sobre a existência das duas mãos de Moore: teria Moore duas mãos? Para responder a isso, certos meios seriam possíveis. Contudo, os meios disponíveis para averiguar a existência de objetos como mãos, carros e sofás não são os mesmos que poderiam ser utilizados para proposições como “sei que a Terra existe bem antes de eu nascer” ou “sei que meu corpo existe” ou “existem objetos exteriores a mim”, pois os métodos de verificação destas proposições não são claros. Caso uma delas seja colocada em dúvida, o método de verificar a existência de um sofá não é adequado, uma vez que um sofá, obviamente, é um objeto externo a nós. Sendo assim, essas três proposições usadas por Moore como exemplos do que ele sabe não são conhecimento, pois não conseguimos compreender um método para verificar sua verdade. Wittgenstein chama atenção para isto em *On Certainty*, seção 32:

Não é uma questão de Moore saber que há uma mão lá; antes, não devemos compreendê-lo como se ele dissesse “Mas, claro, posso estar errado quanto a isto”. Poderíamos perguntar “O que significa cometer um erro destes?” — por exemplo, ao que se pareceria descobrir que isto era um erro?

Portanto, a certeza de Moore quanto à existência de objetos exteriores a ele não é proveniente de conhecimento, pois não lhe seria possível um método de verificação de qualquer objeto do tipo caso estivesse em dúvida. Ou seja, entendo o que seja uma dúvida quanto à existência de determinado objeto dentro de uma gaveta, por exemplo, mas não é compreensível que se lance dúvida quanto à existência de seu próprio corpo. O que ocorre aqui é que a dúvida que Moore deseja enfrentar ultrapassa o jogo de linguagem de duvidar de proposições relacionadas à existência de objetos, uma vez que duvidar de certos objetos exige que proposições sejam falsas ou verdadeiras (OC, § 81). Aqui reside um dos pontos importantes da argumentação de Wittgenstein contra a tentativa de Moore, a saber: a dúvida quanto à existência de objetos exteriores ultrapassa os limites do jogo de linguagem da dúvida, por duas razões, ao menos: (a) se uma pessoa duvida de todas as coisas e crê que não existe conhecimento de fato algum, então ela não terá de admitir que não sabe se suas palavras possuem significado. Ou seja, tal pessoa, ao duvidar de tudo, deverá duvidar do significado de suas palavras. Como poderá uma pessoa, numa situação de dúvida radical — como é o caso de quem não sabe se está ou não acordado — saber que as palavras que informam a outrem sobre sua dúvida possuem significado? Essa observação de Wittgenstein na seção 114 de *On Certainty* já demonstra o quanto a dúvida do cético parte de premissas admitidas, mas não esclarecidas — isto é, ele tem segurança de que suas palavras serão compreendidas e, logo após, duvida que o mundo exterior a ele exista. Mesmo assim, para manter o argumento, o cético poderia dizer que ele sabe o que as palavras significam e que todos que o compreendem também sabem, mas que isto, por sua vez, não implica que os significados sejam certos, mas apenas partilhados.

A dúvida do cético ultrapassa os limites do jogo de linguagem do duvidar também por outra razão: (b) duvidar de todas as coisas podem nos levar tão longe quanto não duvidar de coisa alguma (OC, § 115), pois para que o jogo da dúvida possa ser levado adiante algo tem de ser admitido — ainda que não tematizado — como seguro. Ou seja, o fundamento da dúvida tem de ser estabelecido sob a certeza de algumas proposições, por exemplo, “que todos partilhamos os significados das

palavras” ou “minha expressão com as palavras ‘duvido da existência de objetos exteriores a mim’ deve ser entendida como uma dúvida e não como uma asserção”. Portanto, deve existir a certeza num critério de separação gramatical entre asserção de dúvida e asserção de certeza. Se não duvido de coisa alguma, então sou dogmático e não elaboro uma investigação que me leve longe, pois não há objeto de dúvida. Por outro lado, se duvido de todas as coisas, tenho de assumir que nada deve ser admitido sem que antes seja provado, inclusive esta própria asserção, a saber, “nada deve ser admitido sem que antes seja provado”. Mas tal proposição, por sua vez, não poderá ser provada, uma vez que a dúvida radical coloca todas as possibilidades de prova em questão e, com isto, não se chega a lugar algum.

Isto nos remete à observação de Wittgenstein de que existe um sistema no qual a dúvida e a confirmação existem e que infirmar uma proposição se dá dentro deste sistema. Tal observação encontramos na seção 105 de *On Certainty*:

Todo testar, toda confirmação e invalidação de uma hipótese ocorrem já no interior de um sistema. Este sistema não é um ponto de partida, mais ou menos arbitrário e duvidoso, para todos nossos argumentos: não. Pertence à essência daquilo que chamamos um argumento. O sistema não é tanto o ponto de partida, mas o elemento onde vivem os argumentos.

O jogo da dúvida, para fazer sentido, deve obedecer a este sistema que serve de elemento em que vivem os argumentos e as hipóteses. Contudo, as proposições que fazem parte desse elemento não são provadas como verdadeiras ou falsas, e este é um ponto importantíssimo esquecido tanto pelo céptico, quanto por Moore ao indicarem as proposições que servem como provas da existência de objetos exteriores. Ambos cometem o mesmo engano quanto a essas proposições: o céptico, por acreditar que duvidar não pressupõe que certas proposições sejam tomadas como base de sua dúvida; Moore, por sua vez, por crer que proposições do senso comum são, de fato, conhecimento ou podem representar exemplos de proposições de conhecimento. Essas proposições, entretanto, como diz Wittgenstein na citação anterior,

são como bases sobre as quais lançamos nossas dúvidas e elaboramos nossas hipóteses, mas não são fruto de conhecimento. Por exemplo, a proposição “sei que tenho um corpo” faz parte da estrutura de minha ação no mundo, isto é, quando realizo uma ação como a de movimentar uma cadeira, não penso primeiramente na certeza da verdade desta proposição.

Contudo, posso duvidar de minha altura ou do peso da cadeira e tenho métodos plausíveis para conferir isto. Mas quais métodos — plausíveis — poderei utilizar para uma dúvida como “como sei se algum dia estive na Lua?”? Todas as minhas convicções me indicam que nunca estive na Lua, e se alguém me solicitasse uma descrição desse sistema de convicções, não saberia claramente o que deveria fazer parte do mesmo e o que deveria ser deixado de lado. Isto, contudo, não indica que tenho um sistema de convicções que não é verdadeiro. Quanto a isto diz Wittgenstein (OC, § 103):

E agora, se eu dissesse “é minha convicção inabalável que etc.”, isso significaria, no presente caso também, que eu não cheguei conscientemente à convicção seguindo uma linha de raciocínio especial, mas que ela está ancorada em todas as minhas perguntas e respostas e de tal maneira que não posso tocar-lhe.

Assim, ao elaborar suas dúvidas quanto à possibilidade de provar a existência de objetos exteriores o filósofo cético não atenta para o fato de que sua dúvida apenas é possível se algumas proposições estiverem assentadas e não forem questionadas. Essas proposições, por sua vez, não são fruto de conhecimento e sim da estrutura do próprio jogo de linguagem em que a dúvida possui sentido.

Como vimos ao longo da argumentação, a tentativa de responder de forma direta ao filósofo cético considera em primeiro lugar que a dúvida lançada por ele tem uma possível resposta. Assim, Moore enfrenta o filósofo cético a partir de um conjunto de argumentos que visam a mostrar que nossa concepção de senso comum possui elementos

que podem servir de resposta às dúvidas céticas. As proposições que Moore fornece como provas são retiradas dessa visão comum do mundo. Por exemplo: a proposição que afirma que suas duas mãos existem. Se as duas mãos de Moore existem, então dois objetos exteriores a nós podem ser apontados. Ou seja, a resposta de Moore, em outras palavras, seria dizer “sei que a proposição ‘eis aqui uma mão’ é verdadeira, pois sei que minha mão está aqui”. Outras proposições exemplificam essa estratégia e pertencem ao mesmo conjunto de proposições que constituem uma visão comum do mundo, a saber: “sei que existiram pessoas na Terra antes de mim” e “tenho um corpo”.

Outro aspecto dessa estratégia de Moore é argumentar que essas proposições, ainda que verdadeiras, não possuem uma análise clara a ponto de fornecer toda evidência possível para as mesmas. Com isto, Moore está tentando cessar a estratégia cética que consiste em, novamente, solicitar os fundamentos da verdade das proposições que afirma serem verdadeiras. Esta ação defensiva de Moore pode ser interpretada como uma falha, mas, de fato, Moore está alegando que mesmo sendo incapaz de fornecer uma análise completa das proposições que alega saber, a hipótese contrária, isto é, de que tais proposições sejam falsas, não se fundamenta em uma hipótese satisfatória ou para a qual tenhamos boas razões. Tal resposta, contudo, não impede que o cético permaneça com sua dúvida.

Analisando a tarefa que Moore se impôs, por outro aspecto, podemos questionar se a dúvida que ele pretende responder é válida. Ou seja, duvidar da existência de uma caneta em certo lugar do escritório possui alguma possibilidade de verificação como base da compreensão da própria dúvida. Isto significa que se uma pessoa duvida de algo a possibilidade de compreender sua dúvida faz parte do sistema em que a dúvida pode ser elaborada¹¹. Ora, questionar a existência de objetos exteriores a nós parte do suposto que a possibilidade de compreender o que é um objeto exterior implique saber o que devemos provar.

Ora, a dúvida parte desse mesmo pressuposto: que compreendemos o que é um objeto exterior para provar a sua existência. Sob tal

¹¹ OC § 18.

aspecto, a dúvida não faz sentido, pois parte do pressuposto de que o objeto a que se refere possui uma cadeia de raciocínios que o tornam existente. Entretanto, compreendemos a dúvida por compreender o significado das palavras em que ela é elaborada.

Ou seja, tudo se passa como se o cético tomasse como garantido o significado das palavras que usa e, ao mesmo tempo, levanta suspeita sobre o objeto que a expressão “objeto exterior” se refere. Ao mesmo tempo, o filósofo cético comete o engano de usar a expressão “objeto exterior” da mesma forma que a expressão “objeto colorido” ou “objeto com 1,5 metro de altura”, mas não se sabe como apontar para um “objeto exterior a nós” da mesma forma como sabemos apontar para um “objeto colorido”. Ou seja, o filósofo cético usa expressões diferentes, como se possuíssem o mesmo uso. Por exemplo, é possível que alguém duvide da existência de objetos com 1,5 metro de comprimento num determinado lugar — uma oficina, por exemplo. Por outro lado, não faz sentido, neste mesmo jogo de linguagem, duvidar de que ali existam objetos exteriores. Seria necessário pensar num jogo de linguagem em que a expressão “objetos exteriores” tivesse um uso significativo — talvez num caso de intoxicação coletiva por alguma substância alucinógena. Nesse caso, faz sentido perguntar “será que estou vendo objetos exteriores a mim ou são apenas efeitos de minha mente?”. Mas tal caso é incomum e não pode ser transposto para o uso significativo comum. Por fim, isto tudo indica que o filósofo cético não poderá usar a linguagem fora dos padrões de significatividade — o que, por um lado, garante que sua dúvida seja compreendida e, por outro, demonstra a falta de sentido de tal dúvida.

O questionamento do filósofo cético, ainda que intrigante e paradoxal, permite que ao tentar lhe responder toquemos nas bases nas quais fundamentamos as proposições que tomamos como verdadeiras ou falsas. Essa base (ou fundamento), por sua vez, não é um conjunto de “fatos” verdadeiros ou bem fundamentados. Antes, esse fundamento é nossa visão de mundo ou, como Wittgenstein a denomina, nossa “imagem do mundo”. Não a temos por ser verdadeira ou provável, pois ela é o substrato de que elaboramos nossas questões e investigações. Assim, a pergunta quanto a como sabemos se o mundo existe há

muito tempo antes de nascermos não exige uma investigação empírica. Antes, é por sabermos que o mundo existia antes de nós que outras proposições podem ser investigadas e critérios de evidência podem ser elaborados. O exercício de responder ao filósofo cético nos ajuda a compreender que o fundamento de nossa “imagem de mundo” não permite questionamentos, uma vez que se o questionarmos tornaremos nossa questão sem sentido. Com isto, o filósofo cético aparentemente nos lança numa investigação pelos critérios de nossa certeza. Ao fim e ao cabo, a tentativa de responder à dúvida cética faz com que obtenhamos clareza quanto ao nosso jogo de linguagem de duvidar.

Referências

MOORE, G. E. *Defesa do Senso Comum*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

MOORE, G. E. *Prova de um Mundo Exterior*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

STROLL, A. *Moore and Wittgenstein on certainty*. New York : Oxford University Press, 1994.

WITTGENSTEIN, L. *On Certainty*. Oxford: Blackwell, 1969.

Recebido: 02/07/2014

Received: 07/02/2014

Aprovado: 02/08/2014

Approved: 08/02/2014